MEMÓRIAS SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR: DISCUTINDO O COLABORACIONISMO

MEMORIES OF THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP: DISCUSSING COLLABORATIONISM

Eduardo dos Santos Chaves*

Resumo: A proposta deste trabalho é analisar o apoio à ditadura civil-militar brasileira a partir da coleção de entrevistas intitulada "1964 - 31 de março: o movimento revolucionário e sua história", produzida e publicada pelo Exército, entre os anos de 2003 e 2004. Pretende-se verificar, com o exame dessas narrativas, que a ditadura não foi somente apoiada e legitimada no decorrer dos seus 21 anos. Quarenta anos depois ela permanece sendo "louvada" por aqueles que estiveram ao seu lado. Longe do constrangimento e dispostos a falar positivamente do regime, a maioria dos relatos da coleção permanecem firmes em defender os princípios que eles acreditaram ser legítimos entre 1964 e 1985.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar, Memórias, Colaboracionismo.

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the support of the Brazilian dictatorship from the collection of interviews entitled "1964 - March 31: the revolutionary movement and its history", produced and published by the Army, between 2003 and 2004. The aim is to verify, by examining these narratives, that the dictatorship was not only supported and legitimized the course of his 21 years. Forty years later she remains "praised" by those who were at his side. Far from embarrassment and willing to speak positively of the regime, most accounts of the collection remain steadfast in upholding the principles he believed to be legitimate between 1964 and 1985.

Keywords: Civil-military dictatorship, Memories, Collaborationism.

Introdução

Entre 2000 e 2003, o Exército organizou e publicou uma coletânea de 247 entrevistas, distribuídas em 15 livros, intitulada **"1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história"** (MOTTA, 2003). Eram relatos de militares e civis que estiveram, em sua maioria, ao lado do golpe de março de 1964 e/ou atuando na defesa da ditadura civil-militar e

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Parte deste trabalho consta em minha dissertação de mestrado defendida em 2011 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS (CHAVES, 2011). E-mail: educhaves4@hotmail.com.

que, naquele contexto, estavam dispostos a narrar suas lembranças, de modo a colaborar com a nova "versão" do Exército sobre os fatos ocorridos entre 1964 e 1985. As entrevistas foram realizadas em torno das temáticas gerais que davam conta de todo o período, deixando pouco espaço para que se esboçassem as trajetórias de vida dos sujeitos que estiveram convictos de que o melhor para país fora a derrubada de um presidente constitucionalmente eleito e a instauração de uma ditadura. No entanto, no decorrer das entrevistas algumas brechas foram abertas para que trajetórias individuais fossem narradas, apresentando novos elementos para se pensar a ditadura civil-militar brasileira.

Nosso interesse com esses percursos individuais foi o de procurar saber como esses homens estiveram entrelaçados com o regime civil-militar e por que permanecem no tempo presente atrelados aos mesmos ideais daquele período. Para isso, saber algumas das trajetórias de vida que estão disponíveis na coletânea de depoimentos tornou-se fundamental. Muitos dos entrevistados narraram alguns dos mecanismos utilizados que os levaram a ocupar postos elevados na carreira militar, outros descreveram os percursos traçados em cargos prestigiados ao longo dos vinte anos da ditadura, o que, de modo geral, contribui para que possamos ter um panorama de quem são os colaboradores do Exército nesse projeto.

A rede formada por homens e algumas poucas mulheres, civis e militares, teve como propósito narrar os fatos ocorridos entre 1964 e 1985 a partir do ponto de vista do Exército. Era importante, para esta instituição, historiar os fatos a seu modo, respondendo às esquerdas no campo da memória. Segundo as palavras do Coordenador Geral da coleção, o General Aricildes de Moraes Motta, os militares das três forças estavam preocupados com o que vinha sendo publicado nos jornais e em livros sobre a "Revolução", que não continham a verdade. Além disso, o próprio Ministro do Exército, o General Gleuber Vieira, também se preocupou com isso, o que contribuía para o surgimento do projeto (MOTTA, 2010). No entanto, a necessidade por parte dos militares e civis de escrever suas memórias sobre a "Revolução" e/ou os "governos revolucionários" de modo a dar um sentido positivo ao período não fora novidade em 1999, com a criação do projeto que deu origem à coleção (CARVALHO, 1993). Durante a própria ditadura civil-militar, livros de memórias foram publicados cujos autores estiveram ao lado dos governos militares, colaborando para sua manutenção e legitimidade. Após 1979, foram publicadas outras memórias com "pitadas" diferentes das anteriores, afinal, estávamos diante de outro momento histórico, em que era preciso responder aos ataques das esquerdas, agora nas arenas da memória. Nesse sentido, a publicação desses 15 livros, entre 2003 e 2004, foi a continuidade dessa batalha ainda em curso, cujo foco principal é a memória. Como afirma Jarbas Passarinho, em um texto introdutório a

todos os volumes, "aqueles que lutaram pelo Brasil são quase mortos-vivos a sofrer o revanchismo dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos [...]" (MOTTA, 2003, t.1, p. 27). Assim, surgia a coleção que, como resposta ao "revanchismo", apresentou indivíduos que se esforçaram em narrar com "orgulho" um período crivado por narrativas totalmente diferentes das suas. Como afirmou Daniel Aarão Reis Filho, "[...] nas batalhas de memórias, os vitoriosos de ontem haverão de se desdobrar para garantir os troféus conquistados. E a vitória que fora sua, no campo de luta, poderão perdê-la na memória da sociedade que imaginavam subjugada" (REIS FILHO, 2004, p. 30).

"Os Homens de Bem": Trajetórias de Vida, Formação e Atuação Durante o Regime Civil-Militar

Para que pudéssemos analisar com o devido cuidado e atenção as narrativas dos indivíduos que foram entrevistados, tornava-se fundamental o conhecimento de, pelo menos, parte de sua trajetória de vida e, sobretudo, parte dessa trajetória durante a ditadura civil-militar. Porém, não foram todos os depoimentos que nos forneceram subsídios capazes de serem explorados. Alguns, extremamente curtos e sem muitos detalhes, dificultaram o conhecimento dos caminhos trilhados pelos depoentes durante os governos dos cinco generais presidentes. Por isso, preferimos explorar aquelas mais caudalosas em informações e que exemplificam as trajetórias de outros sujeitos.

A preferência da organização da coleção fora por militares da reserva. Isso significa que são homens com idade elevada e que estão afastados do Exército já há um bom tempo. A média de idade entre os militares entrevistados é de 75 anos de idade[1]. Em relação aos militares entrevistados, uma informação importante é que muitos vivenciaram episódios das décadas de 20, 30 e 40 da História do Brasil, como o Tenentismo e a Intentona Comunista de 1935, assim como acontecimentos externos, tais como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Esse dado pode nos apontar para as formações militar e acadêmica que muitos desses militares tiveram ao longo desses anos. Em relação à Intentona Comunista, é importante considerar que as celebrações aos mortos tinham um caráter pedagógico. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta,

> O impacto das comemorações se fez sentir com mais força entre a oficialidade das Forças Armadas (FFAA), um dos principais alvos

[1] Em quase todos os depoimentos consta a data e o local de nascimento do entrevistado. Para aqueles depoimentos que não forneciam esses dados, foi necessário percorrer *sites* como os da Escola Superior de Guerra, da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Comando Maior do Exército, além de boletins informativos do Clube Militar, que estão disponíveis na Biblioteca do Comando Militar do Sul, em Porto Alegre.

> da celebração. A própria ritualística do evento possuía caracteres típicos das homenagens aos militares mortos em defesa da pátria, uma pompa fúnebre que passava pelo pronunciamento de discursos oficiais e pelo oferecimento de coroas de flores em memória dos heróis. Na festividade cívica, os membros das FFAA eram convidados a lembrar-se dos colegas de armas "assassinados pelos vermelhos" e, desta forma, renovar os votos e empenho anticomunista (MOTTA, 2002, p. 298).

As Forças Armadas sempre estiveram preocupadas com a formação de seus quadros, seja para questões de ordem prática, como treinamentos táticos de guerra, ou mesmo para as de ordem teórica, como os cursos que tinham como finalidade educar o militar para a vida profissional e o alertar para sua principal tarefa na sociedade: segurar a ordem contra os "inimigos" da pátria. Os entrevistados tiveram, como pode ser verificada pelas narrativas, uma formação "exemplar" nas Forças Armadas. Cursaram as melhores escolas militares e os cursos de excelência oferecidos pelas Forças Armadas, como a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). Além disso, acabaram atuando na formação de outros quadros nessas mesmas escolas, como instrutores. Dos militares entrevistados, muitos se formaram em cursos de graduação das universidades brasileiras e do exterior. Em relação a essa última informação, cabe notar, da mesma forma, um número grande de militares com formação em cursos regulares de escolas militares fora do país, principalmente nos Estados Unidos da América.

Outro ponto, a ser abordado neste texto, é o caminho percorrido pelos entrevistados durante a ditadura civil-militar. Os postos que ocupavam em 1964 eram os dos baixos escalões da hierarquia militar. No momento da entrevista, muitos ocupavam postos elevados, como os de Oficiais Generais. Não sabemos com exatidão se essas mudanças operadas durante a ditadura se devem ao apoio que eles conferiram ao regime. Apenas sugerimos que isso possa ter acontecido, pois, afinal, eram sujeitos afinados com as novas propostas dos "governos revolucionários" e seu desempenho era fundamental para que pudessem continuar em cargos prestigiados da ditadura, bem como nas promoções oferecidas nas Forças Armadas, principalmente no Exército. Não se quer aqui afirmar que com isso eles tenham se tornado, estrategicamente, colaboradores e que, meticulosamente pensavam em apoiar o regime para se promover na carreira militar. Os militares entrevistados são claros em afirmar que apoiaram desde o início a ditadura civil-militar. Para que ela se legitimasse, trabalharam o suficiente a seu favor, mantendo-se ou subindo em cargos e/ou postos ofertados pelo novo regime. É visível que em

um novo governo, como o estabelecido em 1964, os novos colaboradores tenham que assumir a chefia de instituições governamentais, lideranças em órgãos das Forças Armadas, etc., imprimindo modificações significativas[2].

O coordenador geral da coleção, o General Aricildes de Moraes Motta, afirmou que o "ponta-pé" inicial das entrevistas foi dado com o General de Divisão Carlos de Meira Mattos. Conforme Motta, a iniciativa em começar pelo General Meira Mattos se deu pelo fato que este é "um homem extremamente experiente, que tinha vivido situações interessantíssimas. Por exemplo, ele foi o militar que comandou uma tropa durante o fechamento do congresso durante determinada situação" (MOTTA, 2010). Carlos de Meira Mattos concedeu entrevista em 23 de fevereiro de 2000 ao General Geraldo Luiz Nery da Silva. Nascido em 23 de julho de 1913, na cidade de São Carlos, em São Paulo, Meira Mattos, na data de sua entrevista, encontrava-se com 87 anos de idade. Em 1964, era Coronel e comandava o 16º BC, em Cuiabá, Mato Grosso. Nesse mesmo ano, segundo sua entrevista, liderou a marcha pró "Revolução" com destino a Brasília. Em tese, Cuiabá se juntaria à tropa vinda de Campo Grande, o que acabou por não acontecer porque houve confusão de ordens de comando. "São decisões que não podem esperar muito. Acabei saindo sozinho" (MOTTA, 2003, t.1, p. 227).

Meira Mattos, em sua narrativa, afirma que foi comandar o 16º BC em Cuiabá, MT, por "castigo" colocado pelo Ministro do Exército na época, General Jair Dantas Ribeiro[3], pois, segundo suas próprias palavras, discordava das "pretensões janguistas". O depoimento de Meira Mattos cita alguns dos homens – civis e militares – que estavam "conspirando" contra o governo Goulart. Esta expressão – "conspiração" –, largamente usada pelo General Meira Mattos provavelmente tenha sido empregada para demonstrar como foi estruturada a "Revolução". Há entre muitos depoentes a admissão de que participaram de uma conspiração contra o governo de João Goulart. Não se quer afirmar que essa conspiração apontada por Mattos tenha sido extraordinariamente planejada como já se pensou (DREIFUSS, 1981). A historiografia vem apontando que a conspiração golpista havia reunido setores da sociedade civil e das Forças Armadas com o intuito de derrubar o presidente João Goulart. Todavia, não estava claro o que seria feito após a queda de Jango. Samantha Viz Quadrat afirma que não se sabia

[2] Procurei tomar o cuidado em não afirmar que a sociedade foi militarizada. Os civis estiveram atuando no governo, assumindo ministérios e outros órgãos importantes, que lhe deram visibilidade.

[3] Jair Ribeiro Dantas era um militar comprometido com a defesa do governo de Jango. Em 31 de março de 1964, Dantas Ribeiro encontrava-se hospitalizado. Ao tomar conhecimento pelo rádio da mobilização sindical e estudantil contra o golpe militar, comunicou-se com Goulart e disse estar pronto para apoiá-lo, desde que o CGT fosse extinto (BANDEIRA, 1977).

quem assumiria a presidência, por quanto tempo os militares ficariam presentes no cenário político e nem quando seriam as próximas eleições. Segundo Quadrat, eram os tempos de indefinições (QUADRAT, 2006, p. 129).

Meira Mattos, durante o regime civil-militar, foi Vice-Chefe do Gabinete Militar do Presidente Castello Branco e do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Ainda comandou a Academia Militar das Agulhas Negras e foi vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, EUA. Sua carreira militar é expressiva e representativa de um grupo que teve formação voltada para a defesa dos interesses nacionais e, por isso, para Meira Mattos, "houve um aplauso unânime à Revolução, porque salvou o Brasil de sucumbir a uma ditadura sindicalista" (MOTTA, 2003, t.1, p. 228).

Outro chefe militar que mereceu atenção foi o General de Exército Antônio Jorge Corrêa que prestou depoimento sobre a participação da Academia Mililiar das Agulhas Negras (AMAN) durante a "Revolução". Jorge Corrêa não deixa de transparecer o que pensa sobre os fatos ocorridos entre 1964 e 1985, assim como omite parte sua vivência nesse período. Sua entrevista foi selecionada por apresentar um parecer sobre a situação de uma das instituições mais prestigiadas do Exército, a AMAN, a qual, alegadamente, sofria com a infiltração comunista.

Aos 88 anos de idade, o General de Exército Antônio Jorge Corrêa foi entrevistado no dia 15 de março de 2000 pelo General Geraldo Luiz Nery da Silva. Jorge Corrêa, em 1964, era Coronel e Subcomandante da AMAN. Sua história na AMAN está atrelada a do Ex-Presidente da República General Humberto de Alencar Castello Branco. De acordo com as descrições que constam em seu depoimento, em 1960, o General de Divisão Humberto de Alencar Castello Branco assumiu "providencialmente" o cargo de Diretor de Ensino e Formação do Exército, ocupando-o até 1961, quando começou a atuar na Chefia da Diretoria Geral de Ensino, órgão que daria origem ao atual Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). Conforme, Jorge Corrêa, Castello Branco entendia que a AMAN estava ocupada por esquerdistas que "ardilosamente" manobravam a instituição de modo "desastroso". Castello Branco, conforme lembrou Jorge Corrêa, afastou os oficiais "esquerdistas" de seus cargos e substituiu a cúpula da AMAN pelos seguintes homens: Comandante, o General de Brigada Adalberto Pereira dos Santos[4]; Subcomandante, o Coronel Emílio Garrastazu Médici; e o Comandante do Corpo de Cadetes, o Coronel Antonio Jorge Corrêa.

Jorge Corrêa afirma que, ao assumir as funções de Comandante de Corpo de Cadetes, deparou-se com uma situação surpreendente que, em síntese, era a clara descaracterização do ambiente, da sistemática de formação e de ensino de uma Academia Militar. Para ele, essa situação era provocada

[4] Tempos depois, Adalberto Pereira dos Santos foi vice-presidente da República no governo de Ernesto Geisel (1974-1979).

por uma série de dispositivos que atingiam negativamente a Academia. Esses dispositivos encontravam-se no Regulamento de 58 e, segundo Jorge Corrêa,

> [...] foram desastrosos do ponto de vista da formação dos oficiais: impediam a disciplina que se esperava de uma Academia Militar; a liberdade pessoal chegava a tornar-se incompatível com a seriedade e responsabilidade de uma ambiente militar; no Conjunto Principal da Academia Militar, estabeleceu-se o ambiente normal de uma universidade, isto é, as turmas deslocavam-se em passo sem cadência, dispensadas de continências e outros sinais de respeito; o mais grave é que este contexto de normas, situações e praxes parecia concorrer para deterioração e até o desprestígio dos ideais e do espírito militar. Em outras palavras, repetimos: tornando-a mais uma Escola Leiga do que uma Academia Militar (MOTTA, 2003, t.1, pp. 21 e 32).

A entrevista de Jorge Corrêa enumera muitas outras situações que ele considera desrespeitosas para a AMAN. A infiltração dos "vermelhos" numa escola como a AMAN levou a um estado de alarme que, conforme destaca, fez com que Castello Branco inspecionasse seguidamente a instituição, colocando homens de sua confiança no controle da mesma. Somente com o estabelecimento da ordem e da disciplina é que a AMAN pôde contribuir para o sucesso da "Revolução", afirmou Jorge Corrêa.

> A decisão histórica, adotada pelo Comando da Academia e arrebatadamente acatada por seus integrantes, a par de produzir excelente rendimento no sentido da solução do problema militar no Vale do Paraíba e no País, constitui uma reafirmação pública das tradições deste glorioso Estabelecimento de Ensino e dos generosos sentimentos, de patriotismo e de apego à cintilante carreira das armas, que aqui se cultivam no mais alto grau (MOTTA, 2003, t.1, p. 47).

Jorge Corrêa, assim como a grande maioria dos militares entrevistados, possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola Superior de Guerra (ESG). Durante os governos da "Revolução", foi membro do Conselho de Segurança Nacional e Ministro de Estado Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Sua estreita afinidade com o ex-presidente da República Castello Branco, desconhecida por completo, sugere sua elevação ao posto de General de Exército, bem como sua atuação aos postos de comando destacados acima. Mas, como já reiteramos, isso não é o suficiente. Jorge Corrêa acreditava convictamente que era necessário expulsar os militares "vermelhos" que assolavam a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), instituição altamente prestigiada por militares. Como pode ser visto em seu depoimento, muitos militares, professores e alunos acabaram sendo desligados da instituição. Jorge Corrêa lembrou que se comprovou,

antes da "Revolução", a existência de núcleos comunistas na AMAN, ligados fortemente à União Nacional dos Estudantes (UNE): "Tão logo se comprovou este triste e inédito quadro, foram tomadas necessárias providências que abortassem sua continuação: substituiu-se Coronel Prof. Manoel Cavalcante Proença identificando-se e afastando os participantes, do que resultou o desmantelamento do sistema" (MOTTA, 2003, t.1, p. 32).

O depoimento de Jorge Corrêa torna-se, desse modo, importante porque indica as possíveis disputas que ocorriam na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Não temos todos os sujeitos que foram expulsos da instituição, bem como suas práticas, enquadradas como "comunistas". Localizada em Resende, no Rio de Janeiro, a academia tornava-se importante instituição militar a ser preservada, reconhecida e, também, disputada por esses militares. Era importante, dessa forma, eliminar as divergências, repugnadas pelo General Jorge Corrêa, pois como assegurou: "foi notável na Academia Militar das Agulhas Negras, nos episódios de 1964, a absoluta ausência de qualquer dissidência militar entre os 450 sargentos e os cerca de 1500 cadetes, apesar de terem sido visados e até tentados..." (MOTTA, 2003, t.1, p. 51).

Educar os mais jovens, transmitindo a estes o sentimento de patriotismo, foi uma das metas alcançadas pelo grupo que assumiu a AMAN no período "pré-revolucionário". Para isso, a história servia como mestra, portadora de lições a serem seguidas. Essa história a ser ensinada dentro das instituições militares de ensino e, no caso, a AMAN, deveria falar do Brasil, de sua história e, principalmente, dos fatos militares, de seus heróis e suas exemplares atitudes patrióticas. Era necessário usar do passado, de modo a selecionar episódios que as Forças Armadas e, sobretudo, o Exército, sentissem orgulho de ter participado e orgulho de pertencer a essa mesma história. Esses aspectos são visíveis no depoimento do General Jorge Corrêa, visto que, para ele, as transformações nas estruturas da AMAN provocaram mudanças salutares na instituição.

> Com a aprovação do Comandante e da estrutura do ensino militar, introduzimos uma série de eventos e atos de civismo e brasilidade, a começar pela história de nossos grandes antepassados e heróis, pelo culto de nossos símbolos e deveres militares, pela hombridade cívica etc. (MOTTA, 2003, t.1, p. 50).

Segundo o General Jorge Corrêa, a constituição da coleção de depoimentos sobre a "Revolução" e seus governos, pode servir:

> [...] para nossas Escolas Militares, onde – a par de seus estudos sistemáticos ou rotineiros – desenvolvem-se palestras, seminários, simpósios extras que revelam ou revêem feitos, tópicos, vicissitudes e glórias da Pátria e do Exército, o que é um meio ou forma

> de criar ou manter um civismo e patriotismo sadios e inteligentes, porque baseados em fatos e conhecimentos (MOTTA, 2003, t.1, pp. 50 e 51).

O depoimento de Jorge Corrêa, nos trechos acima citados, ilustra as falas de outros entrevistados que corroboram com a ideia de que foi preciso ter uma maior atenção com a juventude militar, demasiadamente influenciada pelos ideais comunistas. O ensino deveria ser indispensável para a formação de militares "sadios" e preparados para defender a pátria. Era precisamente a história, a disciplina escolhida e que tinha a finalidade de educar esse jovem militar com lições de seus antepassados. Porém, os grupos não são homogêneos como eles próprios se representam e são representados. No caso dos militares, sabe-se da existência de fraturas existentes na corporação até mesmo durante o regime civil-militar, que são abafadas pela coleção.

No entanto, não faltaram militares anticomunistas que se voltaram, após o golpe de 31 de março de 1964, a atacar os grupos e indivíduos considerados "maléficos" à pátria. Esse é o caso do General de Brigada Ferdinando de Carvalho, que presidiu o Inquérito Policial sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), logo após a "Revolução". Ferdinando de Carvalho nasceu em 12 de agosto de 1918, na cidade do Rio de Janeiro. Possui todos os cursos regulares do Exército, da Escola Superior de Guerra (ESG) e o curso de Comando e Estado Maior em *Fort Leavenworth*, *Kansas*, EUA[5].

Concedeu entrevista ao Exército em 17 de agosto de 2000, aos 82 anos de idade. Seu depoimento é semelhante a dos dois militares anteriores, General Meira Mattos e General Jorge Corrêa, e de outros militares que atuaram com empenho ao lado da "Revolução", aniquilando os "vermelhos" que assombravam o território nacional e, sobretudo, as Forças Armadas, especialmente o Exército.

Em 1964, Ferdinando de Carvalho era Tenente Coronel e encontrava-se, conforme dados obtidos em sua entrevista, na cidade de Curitiba, no Paraná, onde atuava no Comando do Centro de Preparação de Oficiais (CPOR). Sua atuação durante a "Revolução", quer nos seus preparativos, quer no seu desenrolar, deu-se a partir da reunião no Automóvel Clube do Brasil, em 30 de março de 1964. Ferdinando de Carvalho narra que foi a partir dessa data que "tomou-se a decisão de que as Forças Armadas deveriam reagir" (MOTTA, 2003, t.2, p. 153). Afirma que acompanhava a situação antes mesmo do dia 30 março, mas confessa que não conspirava ou mesmo procurava estabelecer uma base revolucionária.

[5] Ferdinando de Carvalho é a autor de **Lembrai-vos de 35**, uma antologia que abrange as Ordens do Dia da Marinha, do Exército e da Aeronáutica referentes à Intentona Comunista. O texto afirma que cumpre a todo brasileiro "meditar sobre o 27 de novembro de 1935" argumentando que "mais do que nunca, a ameaça de uma nova intentona comunista paira sobre a nossa pátria" (CARVALHO, 1981).

Com a decisão de que era necessária uma ação enérgica por parte das Forças Armadas, Ferdinando de Carvalho e seus companheiros de farda começaram a percorrer outras unidades para angariar adeptos na "Revolução". Sua principal atuação foi procurar, nesses dias, obter adesão de Unidades do Exército e "neutralizar certas reações que surgiram" (MOTTA, 2003, t.2, p. 153). Lembrou, durante a entrevista, que muitos oficiais que comandavam outras unidades concordavam com os propósitos da "Revolução", mas estavam receosos com a possibilidade de uma reação contrária às suas. Embora Tenente Coronel, Ferdinando de Carvalho disse que procurava se responsabilizar por qualquer problema que acontecesse. Em todo o Paraná, segundo suas lembranças, foi realizada "uma verdadeira 'cruzada' de propaganda da Revolução, mostrando ao povo daquele estado, além das suas causas, os meios para que eles não se impregnassem de propaganda comunista" (MOTTA, 2003, t.2, p. 154).

Após a "Revolução", foi encarregado do Inquérito do Partido Comunista, trabalho no qual considerou bastante árduo, visto que era "[...] um inquérito sobre um partido, do qual não sabíamos onde era a sede e nem quais eram os seus dirigentes" (MOTTA, 2003, t.2, p. 153). Trabalhou no Inquérito durante dois anos, contando com a colaboração do Exército e da Marinha. Nesse período, percorreram diversas localidades do Brasil, levantando dados e ouvindo pessoas que colaboraram com os propósitos das Forças Armadas na ocasião: levantar informações sobre a atuação dos elementos tidos como comunistas.

Na condução desse trabalho, o General Ferdinando de Carvalho lembra que foi organizada uma "verdadeira Unidade". Conforme a narrativa:

> Tínhamos uma equipe para interrogatórios, constituída por oficiais muito credenciados e competentes, que sabiam como conduzir uma inquirição; dispúnhamos de uma equipe de interpretação de documento, além de outra, de justiça, para dar forma jurídica aquilo que estava sendo feito, para a apresentação final ao tribunal. Ao final do mesmo, depois de concluído o relatório, somavam-se mais de 150 volumes. Foi preciso um caminhão para o transporte até o Supremo Tribunal Militar (MOTTA, 2003, t.2, p. 154).

Esse trabalho, considerado uma tarefa patriótica, pois estavam perseguindo elementos que deteriorariam a pátria, é colocado na coleção de depoimentos como uma ação exemplar a ser seguida pelos mais jovens militares das três forças, bem como pela sociedade que preza pela disciplina e pela ordem.

Ferdinando de Carvalho afirmou que ao final do Inquérito poder-se-ia verificar, com clareza, toda a participação dos comunistas, mostrando os principais elementos envolvidos. Seria uma tarefa militar, pois havia sido

encarregado pelos seus superiores a realizar o Inquérito, e também uma atitude nacionalista de um "homem de bem". Ainda comenta em seu depoimento que sentiu consequências prejudiciais em relação ao Inquérito, visto que teve que se indispor com alguns elementos que, segundo ele, queriam que o mesmo terminasse de "qualquer maneira"[6]. Essa atitude em acabar com o Inquérito se deu, conforme Ferdinando de Carvalho, em função de sua "firmeza" em levar a efeito esse inquérito.

O depoimento de Ferdinando de Carvalho apresenta um aspecto já discutido neste trabalho: a presença de comunistas no Brasil e o empenho das Forças Armadas em eliminá-los. Os comunistas estavam organizados de modo visível. Seu líder, Luis Carlos Prestes, prestava escancarado apoio a João Goulart e incitava seus correligionários a aderir ao projeto de reformas de base do governo. Além disso, sabia-se da existência de comunistas infiltrados no movimento estudantil, no movimento sindical e também no próprio governo federal. Porém, muitos daqueles acusados de comunistas não eram exatamente filiados ao PCB. Eram vistos como "vermelhos" porque representavam um movimento, denominado por Rodrigo Patto Sá Motta, de reformista revolucionário, como as alas mais radicais do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), da Frente Parlamentar Nacionalista e da Frente de Mobilização Popular (MOTTA, 2002, p. 35). No entanto, havia aqueles que prezavam pelo enfrentamento revolucionário, como o Partido Comunista do Brasil (PC do B), Ação Popular (AP), Ligas Camponesas, entre outros (MOTTA, 2002, p. 36).

Após a "Revolução", era preciso "eliminá-los", por isso da existência de mecanismos, como os Inquéritos, que limpassem a nação desses sujeitos "maléficos". A ditadura não poupou, desse modo, as formas de eliminação, como as práticas de tortura na OBAN e nos DOI-CODIs, e suas sequelas marcadas naqueles corpos, assim como os desaparecimentos de presos políticos. Os "revolucionários" acreditavam ser preciso eliminar esses elementos que poderiam levar a nação ao "catastrófico" bloco socialista, instalando aqui uma ditadura do proletariado. Eles, os "revolucionários", acreditavam e tinham consciência dos perigos que os "vermelhos" representavam, o que poderiam fazer e, principalmente, o que ameaçavam fazer. Não se quer aqui, de modo algum, justificar a ditadura e suas ações arbitrárias. No entanto, cabe dizer que muitas das representações que os depoentes militares faziam dos "comunistas" eram resultantes de ações reais de partidos, movimentos, grupos e/ou sujeitos isolados no Brasil que repercutia como algo perigoso na visão das Forças Armadas.

A participação da ECEME é relatada pelo Coronel José Tancredo Ramos Jubé, que tece comentários acerca de vida militar em outra instituição, a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), no perí-

[6] As aspas foram colocadas no depoimento.

odo da "Revolução" e a tomada da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. José Tancredo Ramos Jubé possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra (ESG). Além disso, formou-se em Direito e Administração de Empresas. A carreira militar de José Ramos Jubé é bastante extensa, tendo, por exemplo, durante a Segunda Guerra Mundial, integrado o III Grupo de Obuses da FEB, na função de Auxiliar do Comandante da Linha de Fogo.

Em março de 1964, José Ramos Jubé ocupava o posto de Major e Instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). Em suas lembranças, narradas em 12 de setembro de 2000, assegurou que a Escola de Comando e Estado Maior do Exercito (ECEME) estava minada por um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart. Afirma que os integrantes da ECEME faziam reuniões frequentes para discutir o destino "[...] do nosso País, diante da situação de verdadeiro descalabro que mal suportávamos" (MOTTA, 2003, t.2, p. 324).

O Coronel Jubé considerou que o fato de todos militares terem formação cristã e democrática dificultava uma compreensão silenciosa sobre o que vinha ocorrendo no Brasil. Sendo assim, lembra o seguinte: "começamos, efetivamente, a conspirar. Lembro-me, até com certa saudade, quando os então Majores Fernando Guimarães de Cerqueira Lima e o Marinho – cujo nome completo, agora, infelizmente, não me recordo – foram à minha casa e me convidaram para participar da atuação revolucionária. Aceitei, incontinenti" (MOTTA, 2003, t.2, p. 324).

José Ramos Jubé narra que sua atuação se deu a partir do grupo de oficiais da ECEME, coordenado pelo General Ulhôa Cintra[7], que preparava o grupo para um possível confronto com militares que apoiavam João Goulart. Nesse sentido, o Coronel Jubé disse que foi incumbido de ir a Volta Redonda para avaliar a situação do Batalhão, cuja parada era naquela cidade. Conforme sua descrição, contou com a sorte de encontrar um major muito seu amigo, Major Autran, irmão do ator Paulo Autran, que lhe deu as seguintes informações: "[...] a Unidade se inclinava para uma posição contrária ao Governo João Goulart" (MOTTA, 2003, t.2, p. 324).

Assim se desenvolvia a "Revolução", conforme a descrição do Coronel Jose Ramos Jubé. Ela era invocada pelas insatisfações que tomavam corpo dentro do Exército e, particularmente, na Escola de Comando e Es-

[7] Conforme Carlos Fico, o general-de-brigada José Pinheiro de Ulhôa Cintra foi "um dos grandes revolucionários do Exército", segundo Castelo Branco, de quem era homem de confiança por ter sido seu cadete na Escola Militar de Realengo e subordinado nos campos da Itália. Enteado do ex-presidente Eurico Dutra, Ulhôa Cintra era tido como um homem "violento, querendo fazer bobagem", segundo o general Costa e Silva. Ele tinha sido excluído da lista de promoções de 25 de novembro de 1963 e odiava Goulart por isso e pelo perfil político do presidente. Para maiores detalhes (FICO, 2008).

tado Maior do Exército (ECEME). Seus preparativos eram conspiratórios, segundo as palavras do próprio Coronel. Havia grupos de militares que procuravam se organizar para atuar em um confronto contra tropas ligadas ao governo de João Goulart.

Eclodida a "Revolução", o Coronel Jubé lembra que, na noite do dia 31 de março de 1964, o então instrutor de História Militar, Coronel João Baptista Figueiredo, chamou-o e perguntou-lhe se teria condições de ocupar imediatamente a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Segundo as palavras de Jubé, após a instrução, "prontifiquei-me a cumprir essa missão. Reuni um grupo de oficiais alunos da ECEME e, em duas Kombis, dirigimo-nos para a Secretaria" (MOTTA, 2003, t.2, p. 324). O Coronel Jubé conhecia o local, pois havia servido lá anos antes, em 1961. Conforme informações contidas em seu depoimento, ao chegarem ao local, logo cercaram a área e, montado o dispositivo, com todos armados, Jubé bateu na porta. Quem o recepcionou, sem maiores cuidados, foi um conhecido seu, que, assustado com uma pistola apontada para ele, afirmou não ter ninguém no local, contribuindo para o sucesso da ocupação.

> Fiz um sinal, com a mão, para agrupar o pessoal. Entramos no interior do edifício e ocupamos a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Houve gente que, na pressa para abandonar o local, deixara até o paletó no encosto da cadeira. Tomamos algumas providências adicionais e passamos a noite ali.
> Na madrugada de 31 de março para 1º de abril, apareceu o Coronel Jayme Portella de Mello, nomeado Chefe da Secretaria Geral. Transmiti-lhe o cargo com tudo normalizado (MOTTA, 2003, t.2, p. 325).

O Coronel, durante o regime, atuou no Gabinete do Ministro Costa e Silva entre 1964 e 1967, e no Gabinete Militar da Presidência, no governo de Costa e Silva, entre 1967 e 1969. Mais tarde, entre 1972 a 1975, comandou o 10º grupo de Artilharia de Campanha, em Fortaleza. Não há passagens em seu depoimento sobre sua atuação nos cargos mencionados acima. Todavia, sua passagem por esses postos pode ser levada em consideração devido à sua dedicação durante a "Revolução", assim como no seu empenho em manter os governos alinhados aos propósitos "revolucionários".

Chama a atenção na narrativa do Coronel Jubé o fato de mostrar a "Revolução" como um esquema altamente planejado antes de 31 de março de 1964. Pelas suas palavras, podemos perceber a existência de homens já escolhidos pelos "revolucionários" a ocuparem cargos e instituições já definidos antes da tomada de poder em março de 1964. Essa narrativa, difundida entre os militares e civis, provavelmente tenha tido o propósito de, primeiramente, demonstrar que os militares fizeram uma leitura atenta dos fatos que aconteciam naquele período. Ou seja, eram homens que tinham como

dever e obrigação defender a pátria contra os possíveis "inimigos". Para isso, organizava-se meticulosamente um "movimento revolucionário" a fim de obter êxito em suas ações. A segunda explicação para essa narrativa tem a ver com a forma pela qual o Exército procurou historiar a "Revolução". Isto é, os acontecimentos de 31 de março de 1964 seriam a demonstração de algo "epopeico", marcado pela bravura, hombridade e patriotismo. O clima de guerra narrado pelo Coronel Jubé é exemplar nesse ponto, visto que pegou em armas para defender, antes de tudo, a nação. Ele e seus "bravos" companheiros fariam parte de um esquema conspiratório, que tinha em seu bojo sentimentos de amor à pátria, comum de uma corporação como o Exército.

Sobre esse aspecto, cabe lembrar que a historiografia recente vem apontando que a conspiração que se efetuou no Brasil não era tão definida quanto se imaginava. Havia inúmeros grupos de civis e militares que conspiravam contra João Goulart. No entanto, suas propostas e projetos não eram tão alinhados e homogêneos quanto se pensa (FICO, 2004).

Da coordenadoria regional Rio de Janeiro/Minas Gerais, selecionamos a entrevista do Coronel Henrique Carlos Guedes, realizada em 21 de novembro de 2000, por apresentar uma narrativa de sua trajetória profissional atrelada aos episódios da "Revolução". O Coronel Henrique Guedes é filho do General Carlos Luis Guedes que, ao lado do General Olympio Mourão Filho e com o apoio do Governador Magalhães Pinto, atuou no desencadeamento do golpe civil-militar de 1964.

Henrique Carlos Guedes, natural da cidade de São Paulo, realizou todos os cursos regulares do Exército e, em 1964, era comandante da 4ª Companhia de Polícia do Exército, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Sua carreira não foi promissora como a de muitos outros entrevistados pela coleção. Durante a ditadura civil-militar, Guedes apenas atuou na chefia da 11ª Circunscrição do Serviço Militar (CSM) e, no final de sua carreira, exerceu a função de Assistente da 5ª Subchefia do Estado Maior do Exército, em Brasília, no Distrito Federal. No entanto, seu testemunho é importante de ser analisado, na medida em que revela suas vivências com seu pai, o General Carlos Luis Guedes, nos episódios da "Revolução" de 1964. Muitas de suas falas são permeadas por aquilo que Pollak chama de memória por tabela. Isto é, são reminiscências que não dizem respeito a suas lembranças, mas às memórias de outros sujeitos que ouviu falar (POLLAK, 1992).

Guedes inicia sua narrativa contando como esteve articulado em torno do "movimento revolucionário". Suas lembranças iniciam com a história de vida de seu pai que na época era uma liderança em Minas Gerais. Segundo consta em seu depoimento, seu pai havia se engajado na "Revolução" em fins de 1961, a partir do momento em que foi para Minas Gerais, sendo nomeado Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Divisão (ID/4). A partir de então, segundo suas lembranças, seu pai passou a acompanhar a si-

tuação "[...] explosiva em que se encontrava o Brasil, durante o desgoverno de João Goulart" (MOTTA, 2003, t.3, p. 249). As articulações militares do General Carlos Luis Guedes em Minas Gerais foram fáceis, pois era natural de São João Del Rey e, por isso, conhecia profundamente o território. As preocupações do General Guedes, segundo as lembranças de seu filho, giravam em torno da situação vivenciada no Brasil da época, pois "ao verificar que a situação do País estava se degringolando a cada dia, começou a juntar as pessoas necessárias para mudar aquele quadro perverso. Foi fazendo isso aos poucos, reunindo o pessoal e tomando as providências para conscientizar e mobilizar a nossa gente contra anarquia que imperava impunemente". (MOTTA, 2003, t.3, p. 249). Percebe-se aqui que as memórias de seu pai, muitas já descritas no livro "Tinha que ser Minas", de autoria do General Carlos Luis Guedes (1979), foram repetidas pelo filho que se percebe integrante de uma mesma memória. De acordo com Pollak, "são os acontecimentos que eu chamaria de 'vividos por tabela', ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não" (POLLAK, 1992, p. 201). Podemos também pensar que essas memórias, apresentadas tanto pelo pai quanto pelo filho, foram resultantes de convivências familiares, de momentos em que ambos compartilharam lembranças de um passado recente, estando à frente de um movimento, segundo eles, "salvacionista".

Da mesma forma que seu pai, General Carlos Luis Guedes, o Coronel Henrique Carlos Guedes participou da "Revolução" atuando, do seu modo, antes de sua eclosão. Desde cedo, acompanhava o pai em reuniões com o General Mourão Filho, que aconteciam, muitas vezes, em sua residência, sem ter um comprometimento efetivo com os planos lançados. Diversas vezes, lembra Guedes, recebia os emissários do Governador Magalhães Pinto e assim os acompanhava em seu carro, na época um "fusquinha", do aeroporto de Juiz de Fora até a sua casa. No entanto, segundo suas lembranças, participou efetivamente na fase final do "movimento revolucionário".

Foi a partir das articulações entre seu pai e outros homens ligados ao General Mourão Filho que Henrique Carlos Guedes começou a tomar parte da Revolução. Conforme consta no depoimento à coleção, no início ficou muito assustado, pois acreditava que o plano de levantar Minas Gerais contra o governo Jango era extremamente ousado. De acordo com suas memórias, ao questionar seu pai sobre as possibilidades de um fracasso, sempre recebia como resposta um parecer de alguém que almejava defender sua pátria, tendo coragem e, sobretudo, confiança de que tudo daria certo.

> Meu filho, em 1930, o Getúlio não contava, inicialmente, com nenhuma Unidade no Rio de Janeiro, elas aderiram, uma a uma, no curso dos acontecimentos, então, não se preocupe que vai dar

> certo. Nós iniciaremos a Revolução e as adesões virão em seguida. O povo e o Exército estão cansados das inconseqüências desse governo títere (MOTTA, 2003, t.3, p. 249).

Durante a "Revolução", coube ao Coronel Guedes, junto com o Tenente Waldyr Abbês, a responsabilidade pela segurança da cidade de Juiz de Fora. Isso ocorreu porque todas as Unidades Operacionais de Juiz de Fora, acrescidas do Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, deslocaram-se para o Rio de Janeiro. Guedes procurou no depoimento frisar o apoio que a Polícia Militar de Minas Gerais conferiu aos "revolucionários", o que, segundo ele, "[...] permite avaliar como tínhamos o apoio maciço da população" (MOTTA, 2003, t.3, p. 250).

Há também narrativas em que os depoentes falam sobre seu desempenho durante o regime e sua atuação no combate às guerrilhas. Esse é o caso do Tenente Coronel Licio Agusto Ribeiro Maciel que realizou um relato sobre as operações de combate e incidentes ocorridos na Guerrilha do Araguaia, em 1973.

Licio Augusto Ribeiro Maciel nasceu na cidade de Maceió, Alagoas. Como consta em seu relato, no ano de 1950 prestou exames para a Escola Militar de Resende, onde foi incluído em março do mesmo ano, sendo declarado Aspirante a Oficial da Arma de Artilharia em novembro de 1952, turma Barão do Rio Branco, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Como Aspirante, foi servir no 3º Grupo de Artilharia a Cavalo 75, em Alegrete, no Rio Grande do Sul. Em setembro de 1953, prestou exames para a Escola de Paraquedistas do Exército, onde permaneceu até 1960, tendo feito todos os cursos existentes. Nesse mesmo ano, prestou exame para a Escola Técnica do Exército, então Instituto Militar de Engenharia (IME), formando-se em Engenharia de Comunicações, em 1963.

Um ano após o golpe, foi classificado para ocupar a 9ª Região Militar, em Mato Grosso, onde permaneceu até 1968, quando foi nomeado para o Centro de Informações do Exército (CIE), órgão do Gabinete do Ministro do Exército[8]. Nesse posto, ficou até 1974, sendo, inclusive, agraciado com a Medalha do Pacificador com Palma[9], em 13 de outubro de 1972.

O Tenente Coronel Licio Maciel procura, em seu relato, segundo ele próprio, responder às "[...] versões fantasiosas e mentirosas de alguns combates e incidentes na guerrilha do Araguaia" (MOTTA, 2003, t.7, p. 286). Licio Maciel ficou conhecido nacionalmente por ter sido ferido, no rosto e na mão, por tiros disparados por uma guerrilheira no Araguaia, em 1973,

[8] Ocupava o cargo de Ministro do Exército, nessa época, o General Aurélio de Lyra Tavares.

[9] Conforme o Decreto nº 4.207, de 23 de abril de 1971, a Medalha do Pacificador com Palma era concedida aos militares e aos civis brasileiros que, em tempo de paz, no exercício de suas funções ou no cumprimento de missões de caráter militar, tenham se distinguido por atos pessoais de abnegação, coragem e bravura, com risco de vida.

conhecida como Sônia[10].

Seu relato sobre os combates na Guerrilha do Araguaia teve como finalidade demonstrar o clima de guerra pelo qual o Brasil estava sendo ameaçado, apresentar as tentativas dos guerrilheiros em eliminar as Forças Armadas com uso da violência, bem como suas táticas "ardilosas". Isso tudo pode ser notado desde o início do depoimento, quando Licio Maciel descreve as táticas do grupo guerrilheiro:

> Quando os militares chegavam na área, eles se escondiam em refúgios muito bem planejados e preparados, verdadeiras "tocas de onça", à beira de um córrego de águas cristalinas, com muito conforto ficavam dormindo. Só saiam quando não havia mais perigo e se vingavam em quem tivesse tido contato com os militares. Hoje tentam tornar crível uma série de mentiras, que sugerem aos moradores da área com interesses pecuniários, repetidamente. Mas contra fatos não há argumentos. O PC do B tem por emblema a foice e o martelo, além do próprio nome, partido comunista (MOTTA, 2003, t.7, p. 286).

Seguindo a narrativa, Licio Maciel afirma que o Exército deu inúmeras e demoradas oportunidades para que eles se entregassem, visto que, conforme relata, o local foi descoberto em 1972 e somente neutralizado em 1974. É perceptível que a intenção de Licio, assim como a do Exército, é transmitir ao leitor da coleção uma imagem "heróica" da instituição, em que homens saíram de seus lares, deixando suas famílias, para combater "terroristas" em armas, que ameaçavam o país. Ao mesmo tempo, outro objetivo é fazer crer que o Exército se prontificou, a todo tempo, em não atacar os guerrilheiros de imediato, aceitando que esses se entregassem, sem que entrassem em confronto.

> No inicio de 1974, inúmeras vezes foram lançados panfletos e transmitidas mensagens por megafone, por meio de aeronave à baixa altura concitando a que se entregassem, com a garantia de julgamento justo, tratamento humano e imparcial. Não surtiu efeito; eles preferiram o confronto e assim aconteceu (MOTTA, 2003, t.7, p. 286).

Na descrição dos confrontos, a figura do guerrilheiro é caracterizada como a de um "terrorista", que tem como objetivo fazer o mal. Os militares estariam sempre na posição de defesa, colaborando para que eles se entre-

[10] "Sônia" era o codinome de Lúcia Maria de Souza, estudante da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Conforme o grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, ela deixou a faculdade no 4º ano quando estagiava no Hospital Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro, devido à perseguição da repressão e foi para o Araguaia. Para maiores detalhes, consultar: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br>.

gassem. Licio Maciel afirma que o caso "Sônia" foi exatamente assim.

> Estávamos seguindo o grupo na mata e, em determinado momento, a Sônia voltou inesperadamente, recebendo voz de prisão, repetida três vezes, e mais as advertências "não faça isso", à medida que ela tentava sacar o revólver do coldre.
> Após a terceira advertência, como Sônia continuava, já tendo a arma na mão, foi alvejada na perna e caiu. Fui rapidamente até ela e, enquanto procurava o revolver, disse-lhe para ficar quieta que iríamos salvá-la.
> Não achei revólver no meio da espessa folhagem, já com razoável escuridão na mata fechada. Tivemos que ir em perseguição ao restante do grupo de subversivos, que fugiu, atravessando um córrego e atirando em nossa direção.
> Como anoitecia – a mata já ficava bem escura – voltamos; atravessar o córrego seria expor-se muito ao inimigo.
> Aproximando-me da Sônia, caída, ela abriu fogo, à queima-roupa, pois tinha encontrado o revólver. Incontinenti, nossa equipe reagiu, alvejando-a mortalmente. Caí desacordado e fui socorrido pelos meus companheiros.
> Levei dois tiros, um no rosto e outro na mão; o Capitão Curió, que vinha atrás de mim, foi atingido no braço (MOTTA, 2003, t.7, p. 292).

Mesmo que narrativa de Licio Maciel tenha elementos de uma memória individual, em muitos pontos ela está associada à memória do grupo, da coletividade, do Exército. Ao caracterizar os embates entre o Exército e os guerrilheiros, no Araguaia, como "grandes batalhas" de "corajosos" e "patriotas" contra "bandidos", "terroristas" e "mentirosos", o Tenente Coronel Licio Maciel lembrou episódios que não dizem respeito somente à sua memória, mas também à memória de um grupo, o Exército, que procura ainda hoje construir uma outra história da ditadura civil-militar.

Contar a história na perspectiva dos militares foi o objetivo de outras narrativas, como a do Coronel Pedro Américo Leal. O depoimento deste à coleção se tornou importante por varias razões: a primeira é porque, segundo seu depoimento, teve uma atuação "exemplar" na carreira militar. A segunda razão que explica a escolha da entrevista de Américo Leal está relacionada à sua atuação fora do círculo militar, em universidades e no meio político partidário.

Pedro Américo Leal nasceu no Rio de Janeiro, em junho de 1924, e ingressou no Exército em 30 de abril de 1943 como aluno da Escola Preparatória de Fortaleza (EPF), atualmente Colégio Militar de Fortaleza, no Ceará. Após os estudos no nordeste, Américo Leal cursou a Escola Militar de Resende, atual AMAN, e foi declarado Aspirante a Oficial de Infantaria em 17 de dezembro de 1948.

Classificado no 8º Batalhão de Caçadores (8º BC), em São Leopoldo,

no Rio Grande do Sul, galgou o primeiro posto em 25 de junho de 1949. Segundo informações que constam em sua entrevista, Américo Leal "logo após realizar o Curso de Transmissões, foi transferido para a 1ª Companhia de Guardas (1ª Cia. Gd), em Porto Alegre. Serviu naquela Subunidade até 1952 quando, mercê de suas qualidades profissionais e já 1º Tenente, foi nomeado Auxiliar de Instrutor da então Escola Preparatória de Porto Alegre (EsPPA), atual Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA)" (MOTTA, 2003, t.13, p. 231) .

Durante os anos 50, Américo Leal atuou na Escola de Educação Física do Exército (EsEFEX), foi Ajudante de Ordens da 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI) e cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Em 1962, foi promovido a Major e, em seguida, Instrutor Chefe do Curso de Infantaria do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre (CPOR/Porto Alegre), ali permanecendo até o inicio da "Revolução". Durante esse período, Américo Leal narra suas reuniões com outros membros do CPOR de Porto Alegre que estavam decididos a reagir contra João Goulart. De acordo com Américo Leal, foi por esse motivo que "[...] fui afastado, movimentado para Ipameri, em Goiás, e até ameaçado de ser submetido a um Conselho de Justificação. Fui expurgado do CPOR, nem no baile de formatura pude ir. Na verdade, após nove meses de trabalho fiquei imobilizado, anulado. Tudo isso porque [...] comecei a trabalhar para impedir que o País caísse na esparrela comunista" (MOTTA, 2003, t.13, p. 244).

Mas, a narrativa do Coronel Pedro Américo Leal não se resume a nomes do meio militar. Fora do Exército, havia organizações e pessoas que estavam, segundo afirma, "conspirando" contra o governo de João Goulart. Interessante observar que Américo Leal levanta nomes de sujeitos ainda não mencionados em trabalhos acadêmicos que precisam ser examinados com atenção. Ainda sobre esse aspecto, chama a atenção a mobilidade que Américo Leal, Major em 1964, tinha entre o meio não militar.

O entrevistado considera de suma importância as organizações que atuaram em defesa da "Revolução". Um delas é a "Educando pela Democracia", cuja história é retratada no artigo "O acordar dos militares"[11], de sua autoria. A partir dessa organização, conforme lembra, "cortamos todo o Rio Grande pregando Democracia para os estudantes do 3º grau". Era um grupo que reunia homens como Galeno Lacerda, desembargador, hoje está aposentado[12]; Hugo di Primo Paz, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Clóvis Stenzel, psicólogo e advogado, tendo atuado como líder da ARENA no Congresso; Ecilda Haenzel, ad-

[11] O artigo foi citado por Pedro Américo Leal em seu depoimento. Durante a pesquisa, procurei o artigo em diversos locais e não consegui localizá-lo.

[12] Galeno Lacerda foi ainda Professor Catedrático de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

vogada, cujo marido, o médico José Marino Haenzel, também colaborou intensamente na derrubada de João Goulart. Outro colaborador, considerado de "peso" por Pedro Américo Leal, foi José Otão, reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que possibilitou o surgimento e a organização do grupo "Educando pela Democracia" na própria universidade.

Américo Leal destaca ainda os nomes de João de Souza Jardim, que foi Secretário de Estado e um homem chamado Paulo, ambos da COPAGRA[13], muito procurados pelos militares, pois forneceriam subsídios importantes para a "Revolução". De acordo com Pedro Américo Leal, "o pessoal foi se agrupando" através da "Educando pela Democracia" e, posteriormente, da "Ação Democrática Renovadora". Além disso, Américo Leal viajou seguidamente para o interior do Rio Grande do Sul: "[...] estive em Rio Grande, fui até Caxias onde conversei com o Victor Faccione que naquele tempo era líder estudantil e hoje é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado" (MOTTA, 2003, t.13, p. 246).

Essa rede, formada por civis e militares, contrária ao governo de João Goulart, demonstra, mais uma vez, a participação da sociedade no golpe civil-militar de 1964. Américo Leal ainda lembrou, durante a entrevista, da troca de correspondência com o General Olympio Mourão Filho, grande amigo seu, que, conforme sua narrativa, "quando vinha a Porto Alegre, em geral tomava café comigo lá em casa, ali na Rua Casemiro de Abreu, 610" (MOTTA, 2003, t.13, p. 247).

Durante o regime, não há informações sobre seu desempenho como Chefe de Polícia do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, cargo que desempenhou, já como Tenente Coronel, desde 25 de dezembro de 1967 até o final do ano seguinte, quando foi transferido para a reserva. Ainda na área do Governo do Estado, foi professor e diretor da Academia de Policia Civil e professor da Academia de Policia Militar, em Porto Alegre.

Em 1970, Pedro Américo Leal foi eleito deputado estadual pela ARENA, reelegendo-se por mais três legislaturas. Seu mandato na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul é marcado pelos fortes pronunciamentos de defesa da "Revolução" e dos "governos revolucionários", assim como pela defesa de valores relacionados com sua formação militar, como a ordem e a hierarquia. Os votos que Américo Leal recebeu representam, em certa medida, a existência de apoio de parcela da população em torno da ditadura civil-militar.

Há muitos depoentes militares que atuaram como senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos, vereadores, etc. Suas trajetórias nessas instituições, conforme as narrativas, são marcadas pelo "sucesso".

[13] Cooperativa Agroindustrial do Noroeste Paranaense.

Porém, as lembranças sobre suas atuações em cargos públicos são pequenas frente a outras descrições, foco da coleção.

Outra entrevista analisada neste trabalho foi a do Coronel Antonio Erasmo Dias, concedida em 17 de outubro de 2000. Erasmo Dias nasceu em 1924, em Paraguaçu, interior de São Paulo. Cursou inicialmente a Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre, entre 1941 e 1942. Em seguida, ingressou na Escola Militar do Realengo (1943/1944), onde concluiu o curso como aspirante a oficial de Artilharia, em 1945. Mais tarde, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1954) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1958/1961).

Foi Comandante da 3ª Bateria de Obuses de Costa, como Major, no Guarujá (1962/1965) e do 6° Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, na Praia Grande (1968/1970). Foi Chefe do Estado Maior do Comando de Artilharia de Costa Antiaérea, como Coronel, em Santos (1971) e Chefe do Estado Maior da 2ª Região Militar, como Coronel, em São Paulo (1973).

Fora do círculo militar, Erasmo Dias, em 1962, concluiu o curso de Bacharelado em História pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Durante a derrubada do governo de João Goulart, em 1964, comandou a ocupação da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão.

Quatro anos depois, em outubro de 1968, comandou a Fortaleza de Itaipu (6° Grupo de Artilharia de Costa Motorizado), em Praia Grande, onde ficaram presos os 22 participantes do frustrado 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, dissolvido pela Força Pública e pelo DOPS. Em 1970, no município de Registro, no Vale da Ribeira, Erasmo Dias comandou a malsucedida operação de cerco ao guerrilheiro Carlos Lamarca.

Em 1974, Dias foi nomeado secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, no governo de Laudo Natel (1971-1975), cargo que manteve ao longo do governo de Paulo Egídio Martins, até 1978. Cabe notar que esses dois governos contaram com o apoio da ditadura, sendo que na administração de Paulo Egídio Martins ocorreu o assassinato do jornalista Vladmir Herzog, em 1975.

Como pode ser verificado acima, Erasmo Dias teve uma carreira bastante atuante, sobretudo nos enfrentamentos com os grupos de esquerda, que se organizavam no movimento estudantil. Porém, dos episódios acima referidos, nenhum havia levado o Coronel Erasmo Dias a conhecimento nacional como foi a tomada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), em 22 de setembro de 1977, posteriormente denominada de "A invasão da PUC", onde uma reunião de estudantes pretendia refundar a UNE. Suas lembranças acerca desse episódio demonstram a maneira pela qual pensa sobre o movimento estudantil daquela época: "o Movimento Estudantil, assim chamado, envolvendo falsos estudantes, militantes subversivos de todos os matizes, incentivado por uma elite marxista ainda atuante,

tinha como objetivo o ressurgimento da UNE, posta na ilegalidade, e que representava a "baderna" de contestação ao regime" (MOTTA, 2003, t.7. p. 146).

De acordo com o depoente, "[...] durante inúmeras vezes, em locais diferentes foi tentada a realização de congressos da UNE como desafio ao Governo, em manifestações de 'desordem', de conseqüências imprevisíveis" (MOTTA, 2003, t.7, p. 146). Nesse sentido, o episódio da tomada da PUC, de São Paulo, foi uma resposta das forças "salvacionistas" contra o "terrorismo". A universidade, de acordo com o depoimento de Erasmo Dias, tornou-se o pretenso bastião intocável e seguro de toda atividade de "desobediência civil", que tinha como objetivo capital proporcionar, com sucesso, a realização do Congresso da UNE. Conforme suas lembranças, como a manifestação foi transferida para o lado externo, com a presença de pessoas estranhas à PUC que desafiavam o regime "[...] deu-se então a repressão necessária preparada para fazer face à desobediência indicativa de desrespeito ao princípio de autoridade e manifesta desordem pública" (MOTTA, 2003, t.7, p. 147).

Tanto a dissolução, conseguida a partir das bombas de gás lacrimogêneo, quanto a busca e apreensão no Centro Acadêmico, geraram estado de pânico, considerado "momentâneo" pelo entrevistado. Para Erasmo Dias,

> O espaço estreito e a desobediência dos manifestantes à determinação de dissolução, provocaram queimaduras em alguns jovens, pelo gás desprendido [...]. Assim, as lamentáveis queimaduras, imprevisíveis, tiveram como principais responsáveis as vítimas que, por desobediência e insistência no confronto, motivaram essas conseqüências indesejáveis. Cumprimos, dentro da lei, nossa obrigação (MOTTA, 2003, t.7, p. 147).

O Coronel Antonio Erasmo Dias, na época Secretário de Segurança Pública, e seus assessores, foram processados através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. O resultado, segundo consta em seu relato, foi o arquivamento do processo, pois haviam cumprido um dever legal. Essa era uma prerrogativa de que os militares sempre se valeram e que apenas podia ser admitida ou passível de reconhecimento na perspectiva da ditadura.

Do que foi exposto acima, nota-se uma tentativa por parte do depoente em mostrar que os erros foram cometidos pelos manifestantes. Cabe notar que a decisão em tomar a universidade partiu do Secretário de Segurança Pública, o depoente. Ou seja, Erasmo Dias, com o consentimento de seus próximos, resolveu agir.

Antonio Erasmo Dias apresenta uma trajetória de conflitos com as esquerdas, reprimindo manifestações, assim como lideranças, grupos e movimentos armados, o que nos levaria a acreditar que seu nome tenha sido

repudiado pela sociedade. Porém, após ter deixado a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, foi eleito deputado federal pela ARENA em 1978, ou seja, apenas um ano após o incidente. Em seguida, foi também eleito deputado estadual por três vezes – pelo Partido Democrático Social - PDS e pelo Partido Progressista Renovador – PPR – e, por fim, vereador do Município de São Paulo – pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB. Seu último mandato terminou em 2004. Assim como o Coronel Pedro Américo Leal, que atuou como parlamentar no Rio Grande do Sul, o Coronel Antonio Erasmo Dias notabilizou-se pelo discurso radicalmente anticomunista, atuando em São Paulo.

Estudando as bases sociais da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Lucia Grinberg afirma que os resultados eleitorais da Arena demonstram o apoio de grande parte da sociedade ao regime. No entanto, Grinberg considera importante não somente atentarmos para o número de votos, mas também às pessoas que se candidataram e receberam esses votos, pois, segundo ela "[...] o voto não é orientado apenas pela legenda, mas em grande parte pelo reconhecimento do candidato do eleitor" (GRINBERG, 2004). Ou seja, é importante que se conheça os vínculos entre os candidatos da ARENA e seu eleitorado antes do golpe civil-militar de 1964 e o novo regime.

Antonio Erasmo Dias e Pedro Américo Leal não representam, de certa forma, o que foi considerado por Grinberg, visto que não atuaram como políticos antes da década de 1970. De outro modo, concordamos com Grinberg quando afirma que a ARENA não existiu como entidade abstrata, e sim como o resultado de práticas de milhares de pessoas em todo o território nacional, como eleitores, simpatizantes, militantes e políticos. Nesse sentido, as relações sociais de que os dois depoentes usufruíram antes de seus mandatos sem dúvidas contribuíram para suas eleições.

Considerações finais

A coleção procurou se apresentar como um acervo monumental, no qual as memórias ali depositadas são representativas de uma "verdade". Percebendo-se como os "guardiões da memória" sobre o regime, os depoentes seriam os únicos a ter o direito de se pronunciarem sobre os acontecimentos. Nesse lugar da memória, o passado é (re) inventado com vistas ao presente e ao futuro. Pierre Nora afirma que os "lugares de memória" não são apenas físicos, mas também mentais, espaços imaginários onde quase não há preocupação utilitária, onde habitam coisas e não seres. Esses "lugares", refúgios para os indícios, as marcas, os sinais do que se passou, permitiriam uma visão, ou melhor, uma "revisão" da memória, pois, através do que neles está contido, seria possível apreciar o que é lembrado ou esquecido em

relação ao passado (NORA, 1993).

Avaliar o Regime Militar, conforme foi feito na coleção, não é somente reconhecer os benefícios proporcionados pela "Revolução", como acreditam os depoentes, mas também pensar os "méritos" alcançados por esta com vistas ao futuro. A ingratidão por parte daqueles que não reconhecem as "elogiadas" transformações ocorridas no Brasil, são profetizadas pelos depoentes, como se no futuro todos fossem reconhecê-las. "Mais à frente, alcançado o desenvolvimento pleno, nosso País vai agradecer muito aos revolucionários de 1964" (MOTTA, 2003, t.2, p. 211).

> [...] devo dizer que quando alguém, no futuro, ouvir aqueles que aqui foram entrevistados, fique convencido de que a Revolução de 1964 foi feita para salvar o Brasil de um grande desastre, e ela conseguiu tudo isso. Nós, as Forças Armadas, temos arcado com a responsabilidade disso, e nos orgulhamos. Estamos prontos para sofrer essas injustiças menores, porque temos plena convicção de que desempenhamos um papel destacado, histórico, extremamente válido, que só engrandece as Forças Armadas do Brasil (MOTTA, 2003, t.1, p. 97).

A organização da coleção, com propósitos muito claros, percorreu acontecimentos, "homens ilustres" e inimigos políticos que, lembrados, apresentam-se permeados pelo esquecimento e pelo silêncio, assim como pela lembrança. Da mesma forma, a coleção procurou servir de resposta para as publicações das esquerdas que buscam lembrar as agruras de um período marcado pelo autoritarismo. Verifica-se que, tanto entrevistados, quanto entrevistadores percebem a necessidade de se elaborarem trabalhos que exaltem as "nobres" realizações da "Revolução", seus líderes majestosos que estiveram ao lado do povo, contrários aos comunistas que assombravam o país da "harmonia" e da "prosperidade". A coleção é uma iniciativa que surge para aliviar aqueles que se sentem acuados com as iniciativas dos denominados "revanchistas".

Fazer uma avaliação do período, a partir de depoimentos de militares e civis que colaboraram com a ditadura civil-militar, visou também reafirmar uma "verdade", pois a organização da coleção acredita que os depoimentos são fiéis aos fatos. As memórias, assim, constituem-se em fontes informativas para a história, assim como base da identidade, por meio de um processo dinâmico, dialético e renovável, que contém as marcas do passado e as indagações e necessidades do tempo presente.

Como pôde ser visto neste trabalho, a ditadura não foi somente apoiada e legitimada no decorrer dos seus 21 anos. Quarenta anos depois, ela permanece sendo "louvada" por aqueles que estiveram ao seu lado. Longe do constrangimento, e disposta a falar positivamente do regime, a maioria dos depoentes da coleção permaneceu firme em defender os princípios que

eles acreditaram ser legítimos entre 1964 e 1985. E não são apenas militares os indivíduos que declaram simpatia pelos atos autoritários da ditadura. Há depoentes civis que atuaram, ou não, nos governos dos cinco generais presidentes dispostos a reverenciar a ditadura. Isso não aponta apenas para as estreitas relações entre a sociedade e o regime, como também sugere pensarmos que esta mesma sociedade ainda apresenta elementos de uma cultura política autoritária.

Referências

Fontes

1. Fontes orais

Motta, Aricildes de Moraes. Entrevista concedida a Eduardo dos Santos Chaves, em 07 de dezembro de 2010.

2. Fontes impressas

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord. Geral). **1964 – 31 de março:** o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. 15 tomos.

Bibliografia

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Memória e poder.** As criações memorialísticas e o regime de 64. Dissertação de Mestrado - História, PUC-SP. São Paulo, 1993.

CARVALHO, Ferdinando de. **Lembrai-vos de 35**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.

CHAVES, Eduardo dos Santos Chaves. **Do outro lado da colina**: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar. São Leopoldo, 2011. Dissertação de Mestrado em História – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

DREIFUSS, René A. **1964**: A Conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. **O grande irmão:** da Operação brother Sam aos anos

de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. **Além do golpe:** a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos "revolucionários de primeira hora" ao "partido do sim, senhor". In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **O golpe e a ditadura militar:** quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

GUEDES, Carlos Luis. **Tinha que ser Minas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1979.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares, 1984. Tradução: Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**, São Paulo, Educ, n.10, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-12, 1992.

QUADRAT, Samantha Viz. A ditadura civil-militar em tempo de (in)definições (1964-1968). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e sociedade**: as reconstruções da memória. In: 1964-2004. 40 anos do golpe. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

Artigo recebido em 28/04/2012, aceito para publicação em 01/12/2012 e publicado em 20/12/2012.